

ESCRITA DE SI, ESCRITA DA DIFERENÇA

SELF WRITING, WRITING OF DIFFERENCE

Mauricio Marques de Souza (Maurin K)*

RESUMO: Limites e tensões no interior das possibilidades do *queer* enquanto estratégia epistemológica e existencial remetem à análise da produção discursiva e impressa que veicula contracondutas sexuais para fora dos limites do aparelho de Estado. A intenção aqui é esboçar uma cartografia a partir do mapeamento da publicação de *fanzines* (cadernos fotocopiados a partir dos quais informações, traduções livres, ensaios teóricos e literatura são divulgados, indivíduos ou coletividades *queer* fazem ressoar seus enunciados para fora da política editorial) no Brasil, Argentina e EUA, que fazem da contraconduta de sexo e gênero uma ferramenta de desmantelamento do *capitalismo cognitivo* e buscam criar territórios existenciais mais fluidos a partir da escrita e da arte.

PALAVRAS-CHAVE: cartografias, resistências, *queer*.

ABSTRACT: Tensions inside the possibilities from *queer* as epistemological and existential strategy leads to an analysis from the discursive production that circulates sexual counter-conducts far beyond the State apparatus. We intend to outline cartography from *fanzines* publications (copies and cheap books from which collectivities and queer individuals can divulge your ideas) in Brazil, Argentina and EUA. These groups produce gender and sexual counter-conducts to deconstruct *cognitive capitalism* and seek to create existential territories through the writing and art.

KEYWORDS: cartography, resistance, *queer*.

* Artista e pesquisador. Atualmente realiza pesquisa de Doutorado pelo Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais na PUC-SP. E-mail: maurin.katast@gmail.com

CONTRA-TERRITÓRIOS QUEER

Se o *queer*, como propõe a teoria radical de grupos anarquistas com contracondutas sexuais¹, é uma proposta de dissolver o caráter identitário das políticas (e da polícia - pensando o binômio disciplinar a partir de Foucault), como ele se agencia aos movimentos de afirmação de identidades periféricas? Como esses se desdobram para constituir aproximações e tensões, sobre um território no qual o *queer* caminha em passos agitados, numa constante movimentação que o afasta dos legalismos e da dialógica relação entre o aparelho de Estado e os ditos movimentos sociais?

Para tanto, é um mapa fragmentado de iniciativas díspares, ausentes da base do fundamento ou de um *leitmotiv* que os guia na univocidade, que se revela ao se debruçar sobre o *queer* enquanto agenciamento coletivo ou como constituição de uma manada sexo-afetiva rebelde. Assim sendo, ocupo-me em compreender de que forma se torna urgente fazer emergir uma cartografia que possibilite produzir um mapa menos disperso dessas, por vezes, iniciativas ilhadas pela assimilação do aparelho de Estado ou pelos encaixes no interior dos movimentos sociais.

Como ponto de partida, acerca da distinção entre o mapa e o decalque (ou a fotografia), nas páginas dedicadas ao *rizoma* em *Mil Platôs*, as considerações de Deleuze e Guattari (2011) opõem a produção de um mapa à produção de decalques (cópias) na medida em que o mapa se baseia numa experimentação real que possibilita a conjugação

de diferentes fluxos (fluxos sexo-afetivos, fluxos rebeldes, fluxos teóricos), permitindo uma síntese entre campos que libera conexões antes inauditas. Portanto, por ser uma característica do mapa poder ser revertido, desfeito, montado infinitas vezes em diferentes combinações, as redes de conexão entre tais grupos e indivíduos, que possibilitam haver câmbio de informações, táticas, estratégias de combate entre essas subjetividades que manifestam contracondutas sexuais, produzem *agenciamentos coletivo de enunciação* no ínterim das relações de cumplicidade e de amizade a partir do enfrentamento às condutas normalizadoras no interior do capitalismo planetário.

Paul B. Preciado no artigo “Cartografias queer” aponta ser necessário, antes de se lançar à tarefa cartográfica, indagar-se sobre as possibilidades de se produzir uma cartografia numa época que intitula “pós-sexual”. Se a tarefa de produção de uma cartografia se basear na diferença sexual, ou seja, na identidade sexo-gênero, funcionará apenas como uma taxonomia na qual o cartógrafo se abstém de sua posição identitária para produzir, a partir de uma suposta neutralidade de seu *locus* de enunciação, uma análise distanciada de um objeto qualquer. O que há de perigoso nessa cartografia é que facilmente pode virar um “ato de vigilância”, convertendo esse conhecimento em material para fazer funcionar dispositivos de controle e “convertendo-se em um arquivo de vítimas que mais que criticar a opressão, termina por estetizá-la” (PRECIADO, 2008:3). Até que ponto escapar da recuperação de identidades de sexo e gênero e localizá-las em guetos teóricos? Ou,

¹ BAROQUE; EANELLI, 2011:9.

ao contrário, como fazer emergir a produção coletiva de um mapa que não localize, mas pressinta os rastros de *contra-territórios*?

Sabendo de antemão que é a partir da afirmação da diferença que esses grupos e indivíduos *queer* podem se conjugar em sínteses efêmeras, a investigação dos registros discursivos impressos produzidos no Brasil, Argentina e EUA, a partir da publicação de *fanzines*², pode ser produzido um mapeamento possível de *contra-territórios queer*. Ative-me, em um primeiro momento, aos *zines* publicados pela rede estadunidense anarquista *Bash Back!*, dentre os quais destaco a publicação *Gender Strike* que não se encontra mais em circulação, entretanto, grande parte de seus artigos e textos podem ser encontrados na antologia *Queer Ultraviolence* (BAROQUE & EANELLI, 2011); no Brasil, ao material *Kafeta Trans*³, em três volumes. Também foram peças de minha atenção os impressos do Coletivo Coiote (inumeráveis em muitas edições).

Perseguindo *linhas de fuga*⁴ que, a um só tempo, saíam da abundante economia

mercantil-editorial e também da política de difusão de material com reservas de direitos autorais, o material de pesquisa se organiza a partir de publicações autônomas e autogeridas — os *fanzines*, nas quais grupos anarquistas e *queer*, como o Coletivo Coiote (Brasil), Revista Rosa (Brasil)⁵, Ludditas Sexxxuales (Argentina)⁶, Manada de Lobxs (Argentina), Bash Back! (EUA), entre outros, fazem da produção de periódicos, traduções, entrevistas e registros de ações o fogo da difusão de informações que podem criar sociabilidades libertárias e transterritoriais — encontros entre coletivos e subjetividades não organizados através da burocracia da militância ou do gesso institucional dos grupos governamentais ou para-governamentais. Essas “afinidades singulares na diferença” (PASSETTI, 2007:88) são conjuradas e se desfazem com rapidez, produzindo rastros que apontam para a dissolução da sociedade, inventando constantemente maneiras de se relacionar entre si e com o fora. Nesse âmbito, inscreve-se minha própria produção literária, a partir da organização de pequenos cadernos poéticos, reflexos de minhas investidas nos escapes possíveis ao sistema sexopolítico, também em caráter experimental a partir da ingestão dos bloqueadores de testosterona e da experimentação artística performática adjacente, que me inscreveu de outra forma no espaço e me fez escrever de outra forma.

² Espécie de caderno de baixo-custo, ligado ao movimento punk e anarquista, com o principal objetivo de veicular textos informativos e literários que podem e devem ser reproduzidos em vias de aumentar sua circulação fora do mercado editorial comercial. Muitos textos são traduções ou ensaios críticos publicados sem consentimento dos/as autoras e refletem escolhas ético-políticas pelo anonimato ou pela negação da propriedade intelectual.

³ Material disponível para download em: Kafeta trans #1 - http://www.4shared.com/rar/BKlrouMt/Kafeta_trans_1.html? e Kafeta trans #2 - http://www.4shared.com/rar/nHxupi3t/Kafeta_trans_2.html?

⁴ Utilizo o conceito de *linha de fuga* (DELEUZE; GUATTARI, 2012:103) para designar um componente de alguns agenciamentos que escapa do código binário de funcionamento da sociedade (nas esferas da macropolítica e da micropolítica). Esse componente nega a codificação binária dos fluxos, e no caso do sexo-gênero, faz emergir

“mil pequenos-sexos” (DELEUZE; GUATTARI, 2012:99).

⁵ <http://www.revistarosa.com.br/> Acessado em: 28 de novembro.

⁶ <http://luddismosexxxual.blogspot.com.br/>. Acessado em: 28 de novembro.

O território pode ser pensado como o elemento que delimita determinados hábitos de ação, de vida. O território e o espaço pelo qual se desloca uma manada em constante devir. A sexualidade pode ser entendida no modelo da territorialidade se essa compreensão abarcar seu caráter processual, em constante construção. Assim, os territórios são produções de nossos ritmos vitais e nisso concernem à vida. São ocupações de espaços-tempo móveis e ao mesmo tempo delineados. O território é aquilo que de fato *temos*; e se constrói entorno a uma pretensão à propriedade. A partir do território é que se delinea o sujeito. Em *Mil Platôs* há um interesse latente pela forma correspondente de organização do território que é a dos povos nômades (DELEUZE; GUATTARI, 2012:53). A terra aparece na concepção de território não em um sentido político ou filosófico, mas, antes, geológico, de relevo. “O que é a terra?” transmuta-se em “como funciona a operação do aparelho de Estado que detém a terra?”. Portanto, um território existencial pode ser também habitado por diferentes maneiras de *experimentar* a sexualidade, como quem aprende uma nova língua, uma nova possibilidade de ocupar o território.

Nesse processo, evidentemente, aparecem linhas duras: a primeira apropriação do aparelho de Estado é sobre a terra; afirma uma nova legitimidade sobre essa, inventa um direito para regê-la. O Estado pretende ser o fundamento de toda propriedade. Essa máquina cria o conceito de uma nova realidade política que é a terra. A terra como espaço político é o espaço que engloba os territórios e da qual a máquina-Estado se

apossa. A primeira forma de ocupação do espaço-tempo é a fundação. A fundação é a reiteração do presente, a reiteração territorialidade, de hábitos. O fundamento já nos remete a um passado mitológico. Ele sempre *está aí*, sempre está dado. As territorialidades que nós criamos definem o curso do tempo; o fundamento, de outra forma, faz-se como a ordem do tempo. A isso David Lapoujade (2015) opõe o *sem-fundo*, já que toda a questão por trás do “quem funda” nos remete à sua exterioridade máxima, uma zona para além do fundamento.

A questão ‘o que funda...?’ tem isso de aberrante – ela nos faz remontar para além de todo fundamento, rumo a um ‘desfundamento’, uma dissipação de todo fundamento, que inevitavelmente acarreta uma crítica do valor de verdade e da verdade como valor. (LAPOUJADE, 2015:33).

Em todo caso, a produção desse mapa se delimitou a partir da escolha de grupos brasileiros, argentinos e estadunidenses que manifestassem contraposicionamentos em combate aos dispositivos de produção e manutenção das sexualidades normalizadas. Foucault, em sua análise sob o conjunto de técnicas de governo que compunham o poder pastoral, circunscreve a conduta em um campo duplo: conduta é tanto o ato de conduzir (*condução*), quanto um “se conduzir”, maneira de se portar frente ao ato de condução (FOUCAULT, 2008:257). O pastorado é tomado como uma forma de poder que possui a conduta como alvo – produzindo um regime de governo sobre ela, e que, por fim, deixa entrever a ambiguidade acima

descrita do próprio termo: resistências e revoltas inerentes ao movimento pastoral, que objetivam a criação de outras condutas, emergem enquanto força reativas (a esse respeito Foucault detêm-se no Luteranismo como uma grande revolta da conduta que o Ocidente conheceu). Entretanto, na atualização do poder pastoral realizada pelas técnicas de governo político no exercício da governamentalidade, situada no final do século XVII, as conduções de condutas “não vão se produzir tanto do lado da instituição religiosa, e sim, muito mais, do lado das instituições políticas” (FOUCAULT, 2008:261).

A utilização do termo “dissidência”, para designar formas de revolta ao controle das condutas sexuais e de gênero em foco, exige um detalhamento. A dissidência não recoloca em face à conduta normalizadora uma nova conduta (libertadora, transgressiva), mas, antes, pretende uma recusa generalizada de qualquer forma de conduta, permitindo o aparecimento de um vácuo nas técnicas de governo que não só desestabiliza, mas que estabelece uma relação perigosa de *efeito* com o poder pastoral. Para Foucault, detendo-se nos enunciados de Soljenitsin a respeito do regime soviético, o abandono do termo “dissidência” é estratégico, especialmente em um momento em que as forças reativas tendem em transformar-se em assimilação ao interior do jogo político. Para tanto, Foucault propõe a utilização de “contraconduta”. O que me interessa substancialmente na utilização da palavra (essa um pouco torcida em um neologismo) é a discussão sobre a possibilidade do termo abandonado “dissidência”, carregar em si, inclusive pela tradição militante e

partidária, a possibilidade de criar a imagem reificada do “dissidente” e, portanto, daquele que toma posição *consciente* (que, ao meu ver, careceria do desenvolvimento de uma “consciência política”) diante da condução da conduta. Foucault vai habilmente demonstrar que a recusa do termo permite se ater ao componente central da revolta ao regime das condutas: a contraconduta. Escolho, portanto, utilizar contraconduta ao me referir às práticas de enfrentamento às condutas de sexo-gênero normalizadoras que me proponho a analisar.

NÃO À IDENTIDADE

A partir de tais considerações, a luta social que se descola da política identitária, ganha novas formas a partir da crítica aos modelos LGBT. Pautado na conquista de direitos sociais que assegurem a existência de uma vida em sociedade para essas corporalidades, os movimentos sociais LGBT se ocupam em formular novos estatutos legislativos para a proteção dessas identidades sociais ou para a criminalização dos atos de violência direcionados a gays, lésbicas, transexuais, travestis e transgêneros, mas que ainda assim mantém muita distância de uma crítica radical ao funcionamento do Estado e de suas instituições — antes, o sustentam em uma atitude de profunda conformidade política com a democracia representativa e participativa. Alguns grupos *queer* apresentam objetivamente uma disposição anti-estatal ao construírem críticas aos programas de assistência destinados à população LGBT e seus agenciamentos totalizantes e identitários que não suprimem,

desde um ponto de vista micropolítico, os anseios e ambições desses. Mas, especificamente, grupos *queers* anarquistas procuram associar as opressões de sexualidade e gênero com os mecanismos da governamentalidade, procurando uma associação entre o fim do Estado e a livre expressão dos sexos, sexualidades e gêneros em miríades de corpos.

Esse complexo acontecimento, que conectou ação de controle biopolítico com redes de direitos sociais, culminou em mega-eventos financiados pelas economias capitalistas e seu empresariado, ora pela criminalização das práticas discriminatórias (homofobia, transfobia, lesbofobia), ora pela reificação de determinadas identidades de sexo e gênero (como o grande exemplo é a Parada da Diversidade ou do Orgulho LGBT realizada nas grandes capitais brasileiras e planeta adentro. Nesse contexto, insurgem os corpos insurgentes que se unem em coletividades anônimas em busca de práticas subversivas de confronto ao empreendimento voltado à produção da homossexualidade enquanto identidade rentável ao mercado, ou ao que chamaram comumente de *pink money*⁷. Declaradamente, alguns grupos aqui contemplados não só assumem práticas anticapitalistas, mas também questionam a inserção das demandas de direitos sociais da chamada “população LGBT” nas agendas de direitos de minorias das secretarias de saúde ou de segurança pública. A esse respeito, os artigos críticos publicados na revista estadunidense *Pink and Black Attack* apresentam

⁷ Uma tradução literal seria “dinheiro rosa”. Termo que faz alusão ao poder monetário da chamada “comunidade homossexual” e funciona como uma espécie de termômetro do potencial do mercado consumidor *gay*.

um panorama dos avanços em políticas públicas que produzem efeitos de assimilação no EUA, justamente as quais uma perspectiva *queer* anti-estado se ocupa em desmantelar.

Assimilacionismo, em um contexto *queer*, é representado pelas grandes campanhas, pelas organizações reformistas. (...) Assimilacionismo, então, procura integração ao capitalismo e ao poder estatal em troca de ser leal. O movimento LGBT é, dessa forma, em seu todo, um esforço assimilacionista. (BAROQUE; EANELLI, 2011:345).

No final de 2013 foi lançado um breve balanço do andamento das políticas públicas para minoriais sexuais realizado pela Coordenação de Políticas LGBT de São Paulo. No início do documento há um aviso de alteração: a antiga Coordenação de Assuntos da Diversidade Sexual passou a se chamar Coordenação de Políticas LGBT. O documento, assinado por Julian Rodrigues, coordenador da sessão, aponta realizações de eventos e medidas legislativas (chamadas de “ações estruturais”) com dois focos principais: combate à homofobia, através da produção visual a decorar a cidade, e da instalação de centros de referência e atendimento LGBT. Fica ainda explicitado o apoio do governo municipal às edições da Parada do Orgulho LGBT e ainda a “requalificação” do Largo do Arouche e adjacências. Esses pontos estavam elencados no plano de metas da Prefeitura de São Paulo em consonância com os Objetivos Estratégicos da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

A crítica *queer* ao LGBT começa por demarcar uma diferença de terminologia.

Mesmo as instituições políticas do Estado vêm adotando a sigla como um grande “guarda-chuva identitário” que reúne experiências de sexo, sexualidade e gênero distintas. O termo LGBT propõe criar uma estabilidade através da fixação em identidades de gênero ou sexuais para criar uma dinâmica representativa que funda, por último, identidades políticas afeitas ao governo democrático das condutas. Segundo o artigo já citado veiculado pela revista anarquista *Black and Pink Attack*, é evidente, através da história da construção do termo LGBT, que o mesmo pretende ser uma sigla aglutinadora: do GLS (*gays*, lésbicas e simpatizantes), à adição da bissexualidade e posteriormente à inclusão da transexualidade (LGBT), a mais recente atualização conta ainda com transgêneros e travestis se juntando ao “T”.

As pesquisadoras Regina Facchini, colaboradora do PAGU-Unicamp, e Isadora Lins França, comentam que a sigla GLS surgiu no Brasil no início dos anos 1990 como alternativa ao que nos países de língua inglesa se convencionou chamar de *gay friendly* que basicamente designava espaços ou serviços em que pessoas *gays*⁸ eram bem-vindas. Portanto, o GLS tinha uma estreita relação com a criação de nichos de mercado para a comunidade *gay* e que permitisse a incorporação de um público heterossexual “moderno” sem grandes problemas. Muitas metamorfoses acompanharam a sigla que designa o sujeito político do movimento, sendo notáveis os momentos de incorporação:

Assim, em 1993, ele aparece descrito como MGL (“movimento de *gays* e lésbicas”) e, após 1995, surge primeiramente como um movimento GLT (*gays*, lésbicas e travestis) e, posteriormente, a partir de 1999, começa a figurar como um movimento GLBT – de “*gays*, lésbicas, bissexuais e transgêneros”, passando pelas variantes GLBT ou LGBT, a partir de hierarquizações e estratégias de visibilização dos segmentos. (FACCHINI; FRANÇA, 2009:62/63).

No Brasil já há algum tempo a contracultura *gay* e lésbica vem dismantando as engrenagens da máquina binária de produção de corpos. Sem pretender demarcar um ponto de eclosão dessas práticas e considerando que meu contato com práticas radicais dentro do *queer* se deu desde os acontecimentos da Marcha das Vadias em agosto de 2013⁹, a partir do qual se desvelou, ao menos para mim, um cenário de lutas políticas nômade no que se inscreve nas revoltas dentro do sistema sexo-gênero (mas também um ano marcado por intensos confrontos entre coletivos e indivíduos livres anarquistas contrários às medidas políticas do Estado) que se ocupam em demarcar seu espaço *de fora* da política representativa e participativa

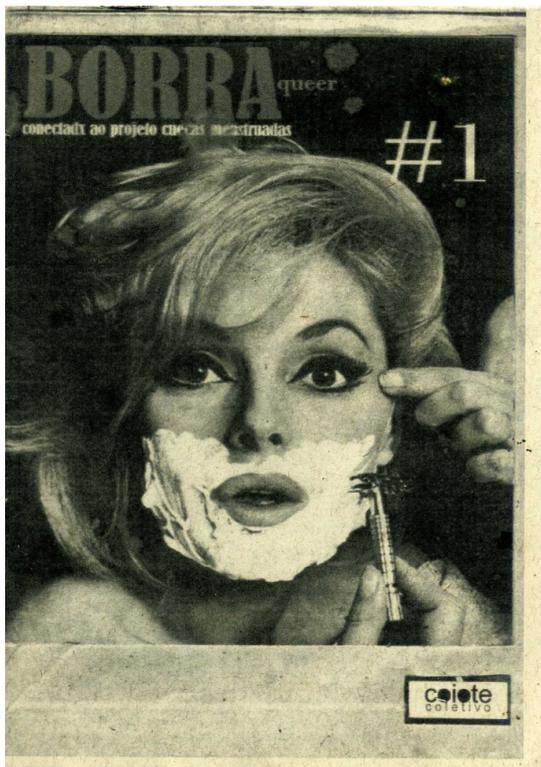
⁸ No caso da língua inglesa o termo *gay* designava não apenas homossexuais homens, mas também lésbicas.

⁹ A Marcha das Vadias é um movimento organizado por feministas que atua desde 2011 em Toronto e teve sua versão brasileira no mesmo ano. Promove a discussão sobre abusos sexuais e violências de gênero que incidem sobre os corpos femininos, criticando a “cultura do estupro” e outras violações machistas. Em 2013, no decorrer da marcha no Rio de Janeiro, membros do Coletivo Coioite realizaram uma “ação pornô-terrorista” utilizando imagens sacras que repercutiu de forma ampla midiaticamente e apontaram para outros caminhos de combate ao sistema sexo-gênero. O registro audiovisual da performance pode ser acessado aqui: <<https://www.youtube.com/watch?v=inZMk--mdKs>>.

adotada pela maior parte de organizações em defesa dos direitos LGBTTT. À sigla LGBT, somam-se mais fragmentos identitários que provem a unificação da singularidade: travestis e transgêneros. A experiência da diferença é politicamente comprimida pela necessidade da localização de um “eixo comum” que coloque lutas distintas em um mesmo campo de ação.

Esses acontecimentos não demarcam um início ou alguma eclosão dessas práticas e pensamentos sobre a radicalidade assumida

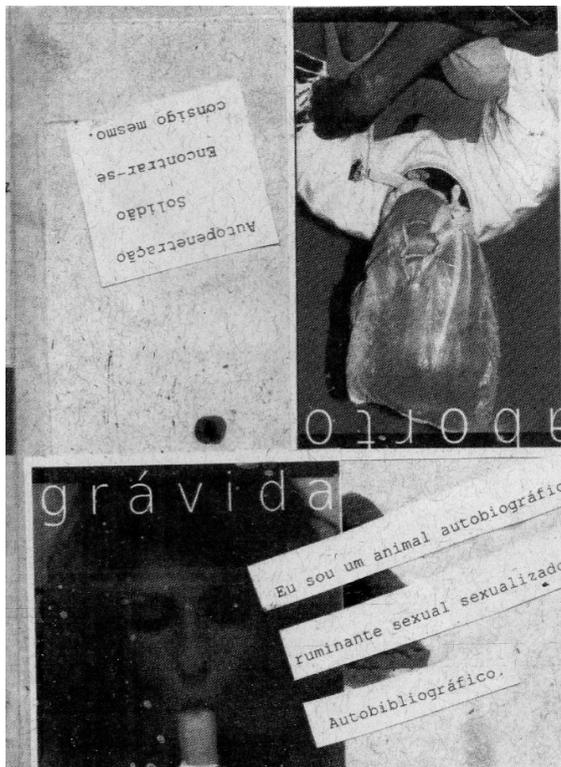
Capa do primeiro volume do zine “BORRA queer”. Coletivo Coiote, Rio de Janeiro, 2011.



Durante o ano de 2013 conheci, em um evento na moradia estudantil da USP, alguns membrxs do Coletivo Coiote, que funciona

em posturas de identidades marginais que fizeram o *queer* cruzar com as questões de raça e da racialização da subalternidade, das políticas de migração, do pensamento pós-colonial e da miséria social. O Coletivo Coiote, bem como o trabalho da artista e pesquisadora Jota Mombaça podem ser compreendidos como esforços nesse sentido de tornar o *queer* mais *kuír* (essa proposta de Jota Mombaça pode ser encontrada em seu “Curso Kuir – Perspectivas Mestiças”).

Interior do primeiro volume do zine “BORRA queer”. Coletivo Coiote, Rio de Janeiro, 2011.



como uma plataforma nômade de produção de performances artístico-políticas em vias de dissolver normalizações sexuais e de

gênero. Elxs se organizam de forma descentralizada, produzindo *fanzines* e manifestos *queer*, vídeo-performances e entrevistas, além da presença física coletiva que remonta às gangues gays de Nova Iorque, mostradas no filme-documentário *Paris Is Burning* (1990), de Jennie Livingston¹⁰. O Coiote esteve presente nos principais eventos acadêmicos e artísticos que remetiam ao *queer* no Brasil (Desfazendo gênero [UFBA, 2015], SSEXBOX [São Paulo, 2015], etc.) além da organização de performances e ações artístico-políticas como na Virada Cultural de São Paulo em 2014 e na ação *Xerecas Satânicas* na Universidade Federal Fluminense (UFF) em Rio das Ostras em 2014, organizando uma espécie de programação paralela ao evento que tangenciavam, sempre ressaltando o caráter elitizado das discussões teóricas sobre gênero e sexualidade.

O Coletivo Coiote se utiliza de uma transvaloração daquilo que denominam “estética da violência”, fazendo aqueles que sofrem as violências do Estado em maior intensidade, seja por exibirem corporalidades subalternas ou por optarem por modos de vida resistentes, deslocar-se da condição de vítimas para retomar a ação ativa. O Coletivo Coiote, em suas vivências enquanto bando de *queers* periféricos insere uma crítica ao caráter colonizador dos conhecimentos no campo das dissidências sexuais¹¹. Para o co-

letivo a primazia da utilização de conceitos e referências teóricas advindas dos EUA ou da Europa faz de alguns *performers* e artistas ligados ao *queer* enquanto contraconduta política (utilizo como exemplo o trabalho de Jota Mombaça¹²) apontarem as produções de saber contemporâneas, nas quais os intelectuais e acadêmicos acabam por reproduzir o esquema de dominação política ao não visualizarem seu lugar de fala enquanto sujeitos produtores de conhecimento e assim silenciando a fala subalterna. Essa discussão está amplamente ligada ao trabalho de Gayatri Spivak (1992), como o trabalho de Mombaça aponta, que ao explorar os lugares de enunciação das populações dos países que passam ou passaram por processos imperialistas de colonização, permitiu pensar os centros de produção teórica e sua crítica como dispositivos de silenciamento:

Dada a divisão internacional do trabalho em países imperialistas, é compreensível que a melhor do universo ético-político-social europeus, deva vir do Atlântico Norte. Mas o que ironicamente no pós-colonialismo é que a crítica encontra seu melhor palco fora do Atlântico Norte, no desfazer do imperialismo (SPIVAK, 1992:54).

A organização de grupos radicais, que se munem de diferentes instrumentos para criar formas de subjetivação não sujeitadas

¹⁰ O filme pode ser assistido em: <https://www.youtube.com/watch?v=hedJer7I1vI>.

¹¹ É possível visualizar a crítica pós-colonial em muitos de seus trabalhos artístico-políticos e também nos escritos compilados em *fanzines*. Por exemplo, no *zine* “Coiote, um corpo extraño” há um texto relatando a invasão em 22 de março de 2013 da tropa de choque da PMERJ durante a

ocupação da Aldeia Maracanã, na qual, entre xs detidxs, umx integrante do Coletivo Coiote comenta que só queria “morar e conhecer seus parentes” – indígenas.

¹² Em especial seus trabalhos artísticos com performance e o texto “Pode um cu mestiço falar?” (disponível em: <https://medium.com/@jotamombaca/pode-um-cu-mestico-falar-e915ed9c61ee#.754t4xva4>).

- como a produção de *fanzines*, a exibição de um cinema *queer* não-assimilado, a preparação de *performances* públicas pornô-terroristas¹³, desloca o funcionamento dos dispositivos de produção e regulação da sexualidade no interior daquilo que Guattari chamou de *Capitalismo Mundial Integrado*, visto que as formas de subjetivação não escapam de sua determinação. A despeito de grupos *queer* anticapitalistas, como o Coletivo Coiote, deslocamentos promovidos no modo de vida capitalista, como o nomadismo, o *freeganismo*¹⁴, o amor-livre (livre associação entre amigos-amantes), etc, tendo em vista que

A ordem capitalística produz os modos das relações humanas até em suas representações inconscientes: os modos como se trabalha, como se é ensinado, como se ama, como se trepa, como se fala, etc. Ela fabrica a relação com a produção, com a natureza, com os fatos, com o movimento, com o corpo, com a alimentação, com o presente, com o passado e com o futuro- em suma, ela fabrica a relação do homem com o mundo e consigo mesmo (GUATTARI; ROLNIK, 1999:42).

¹³ O Pornoterrorismo é uma linguagem artística fundada pela performer Diana Torres que mescla poesia, ensaio, ação-direta, vídeo e ativismo virtual. Desde 2006 a artista tem através de suas performances e outras ações artísticas questionando os lugares normais da sexualidade e do gênero normativo. Tive oportunidade de conhecer seu trabalho e presenciar uma de suas performances por ocasião do II Seminário Internacional Desfazendo Gênero em 2015. Informações disponíveis em: <http://pornoterrorismo.com/about>.

¹⁴ Do inglês *Freeganism*. Remete às práticas políticas de obtenção de bens duráveis e alimentos dos dejetos do sistema de consumo, coletando dos lixos das metrópoles aquilo que não poderiam pagar.

Essas coletividades trabalham em sintonia com princípios anarquistas, como a crítica radical à política da participação cívica, ao voto, ao alistamento militar, aos dispositivos de catalogação e registros sociais, apoiando ações autogestionadas, ocupações, rádios livres, etc. Enquanto anarquistas, não se atém à tradição da história de tal movimento político, adotando uma perspectiva de investigar *rastros* mais do que o da busca por uma origem, fazendo do presente seu maior campo de construção de éticas libertárias de vida.

ESCRITA DE SI, ESCRITA DA DIFERENÇA

Ao acompanhar a trajetória de Paul B. Preciado (outrora Beatriz Preciado) em *Testo Yonqui* – um certo diário de campo combinado com prontuário médico sobre sua experiência com a injeção de testosterona em gel, alguns caminhos se abrem para a produção de uma *escrita de si* a partir das experimentações de transformação da materialidade do gênero. Em certo sentido, “não se trata de passar de mulher para homem ou de homem para mulher, mas sim de infectar as bases moleculares da produção da diferença sexual” (PRECIADO, 2008:110). Portanto, desprogramar o fundamento da diferença sexual, e com isso certamente implodir categorizações que serviram à corrente do feminismo essencialista, por meio da utilização de hormônios, “paródias políticas de gênero” é uma tarefa micropolítica e macropolítica simultaneamente. Nas primeiras linhas de *Testo Yonqui*, Preciado afirma que o livro se trata de uma espécie de diário, um protocolo, uma narração de um processo de hormonização fazendo uso de testosterona sintética,

no qual o próprio corpo da pesquisadora vem a se tornar seu maior campo de experimentação e escrita. Corpo-escritura. Corpo, primeira superfície sobre a qual vai imperar um regime de signos sobrecodificados constantemente pelo aparelho de Estado e pelas máquinas do capitalismo cognitivo.

Traçar pontos que demarquem os deslocamentos produzidos nas resistências de grupos *queer*¹⁵ na atualidade situa, uma transvaloração das categorias de identidade de sexo-gênero, a partir de uma perspectiva rebelde em relação a essas, e revela em conjunto a intenção de implodir a ideia de identidade para que outros territórios existenciais possam ser criados, ativando zonas e regiões corporais ainda não acessíveis. O *queer*, em especial as práticas sexo-afetivas que suscitam, desloca a imagem da homossexualidade do campo da normalização identitária. Anteriormente ao aparecimento do *queer* enquanto corrente teórica nos EUA durante os anos 1990, a partir das pesquisas empreendidas pelo *gender studies*, outras práticas sexo-dissidentes operaram modificações na construção de uma pacificação *gay* a partir do surto epidêmico do HIV antecedente. O trabalho de uma cartografia bicha, experimento teórico de Jésio Zamboni¹⁶, propõe que o corpo sexuado da bicha insurja contra a normalidade da identidade *gay* e coloca em

jogo a materialidade corpórea em detrimento da identidade política designada. Pensar a bicha, no caso de Zamboni, como um modo de vida e não enquanto uma tipologia é urgente para eclodir a experimentação singular da diferença, esquivando-se da concepção da sexualidade enquanto demarcação do sujeito que inaugura uma diversidade de conhecimentos e regulações decorrentes, armadilha que mesmo a produção de cartografias deve atentar.

Ao considerar que a utilização das categorias médicas para a produção de identidades quaisquer funciona como um sistema de produção de subjetividades sexuais esquadrihadas entre o normal e o abjeto, inscreve em cada corpo uma determinação identitária específica que age sobre ele enquanto um dispositivo de poder. Indivíduos *queer*, organizados em coletividades ou sós, ocupam-se em agir anonimamente para dar vazão a seus projetos por uma vida autêntica na construção política de seus corpos: não mais identidade, não mais luta pela igualdade de direitos ou ainda pela diversidade sexual, confortavelmente localizada na agenda política representativa. Numa atitude nietzschiana¹⁷ de afirmação da *vontade de potência* que realiza a afirmação de suas forças a partir da diferença, *queers* radicais procuram fazer da negação uma potência secundária, e não permitir espaço ao niilismo

¹⁵ No prefácio da antologia da rede de ação *Bash Back!* consta uma definição possível do termo: “Nós vemos *queer* como a dissolução das identidades sexuais e de gênero. *Queer* é a negação de identidades fixas. É uma guerra contra todas as identidades. Em consonância com a tendência *Bash Back!*, para os usos dessa antologia *queer* significa *trans* porque o binarismo de gênero é inerentemente opressivo” (BAROQUE; EANELLI, 2011: 9).

¹⁶ ZAMBONI, 2013.

¹⁷ Em sua análise de conceitos nietzschianos, Deleuze (2009) opõe forças ativas, que afirmam e subjugam, das forças reativas, que se adequam e provocam regulações. As primeiras, próprias da *vontade de potência* são contrários ao niilismo reativo e a negação como primeira instância de um posicionamento livre. Ao contrário, é na afirmação da vontade que essas forças ativas encontram sua maior vazão.

reativo do ativismo revolucionário. O desejo de reinventar seus modos de vida é perpassado pela urgência de reinventar seus corpos. Portanto, as forças ativas de criação de outros modos de vida pode ser o fator que inaugura o desejo *queer* de perpassar espaços fora da normalidade, opondo-se a essa apenas em caráter causal.

As experimentações corporais e sensíveis que desafiam o sistema sexo-gênero e seus dispositivos normalizadores, inscrevem-se a partir da potência de se experimentar outros territórios existenciais e ativar aquilo que Suely Rolnik (2006:4) denominou de *corpo vibrátil*. Esse corpo que não mais se funda pela percepção identitária do mundo e de si mesmo experimenta a potência criadora do novo, pois as representações que dispomos não mais satisfazem. De uma forma ou outra, esse é o empreendimento de *multidões queer* no que tange à criação de novas formas de se afetar, novas linguagens corporais através das quais de comunicar, novas danças-revoltas como estratégias de ataque às bases do sistema sexo-gênero imperante. Essas multidões a que se refere Preciado, retomando genealogicamente os movimentos franceses dos anos 1970 como a *Frente Homossexual de Ação Revolucionária* (FHAR), o *Movimento de Liberação das Mulheres* (MLF) e as terroristas *Guoines Rouges*, e também o volume 12 da revista *Tout* e da edição recolhida pelo governo francês da *Recherches (Trois milliards de pervers)*, são a primeira experiência de uma ofensiva dos chamados anormais. As *multidões queer* devem se esquivar de duas interpretações que podem assimilá-las ao contexto político representativo (reativo): fazer da

multidão *queer* um espaço como um “reservatório” das experiências de transgressão ou levando-as a ocupar um espaço de oposição às propostas políticas identitárias.

É preciso admitir que os corpos não são mais dóceis. ‘Desidentificação’ (para retomar a formulação de De Lauretis), identificações estratégicas, desvios das tecnologias do corpo e desontologização do sujeito da política sexual são algumas das estratégias políticas das multidões *que*. (PRECIADO, 2011:15).

Para tanto, o processo de escrita (escrita-corpo, escrita como registro dos acontecimentos corpóreos) é um campo em que essa potência criadora pode se exercer e vir a constituir um corpo vibrátil. Em Artaud a própria sexualidade é uma língua. E como tal, sujeita aos códigos binários e normalizadores. A sexualidade é “uma inimiga para Artaud, na medida em que ela é igualmente uma forma de vida organizada, manipulada e controlada” (UNO, 2012:39). E, em coro à entrevista de Paul Preciado¹⁸, se a sexualidade é de fato uma língua, é possível aprender outra sexualidade como se aprende uma nova língua; é preciso desterritorializá-la, fazê-la delirar e falar como um judeu em Praga ou um cachorro que faz seu buraco (DELEUZE; GUATTARI, 2014:39), para que ela possa desenrolar em campos não conhecidos e experimentar movimentos únicos.

Quando Artaud investe sua pesquisa na e pela experimentação de um *corpo sem*

¹⁸ Entrevista concedida para o jornal El País em 13 de Junho de 2010 e elaborada por Luz Sánchez-Mellado. Disponível em <http://elpais.com/diario/2010/06/13/eps/1276410414_850215.html> e acesso em: 26 de março de 2016.

órgãos, travava uma luta mais intensa no campo de deixar de se “tocar com as mãos”, de “ver com os olhos”, do que propriamente aniquilar essas funções ou mesmo os aparelhos que as produzem. O corpo que tocamos é uma produção posterior dos sentidos que outrem imprime em sua superfície. Só podemos fazer nascer um novo corpo quando são outras as mãos que nos tocam e fazem surgir pedaços invisíveis que solitariamente não poderiam ser percebidos; a experiência sexo-afetiva revela possibilidades corporais infinitas (FOUCAULT, 2013:16).

Para tanto, a arte e as técnicas de si, especialmente a escrita (FOUCAULT, 2006:146), desempenham a função de conectar as palavras a uma ética (e aqui, nesse caso específico, conduz a outra estética da existência) muito pessoal, sobre a qual nossas ações, nossas contracondutas podem ter vazão total e possam, num plano micropolítico, alterar sensivelmente o território no qual habitamos. Nesse sentido, em minhas próprias experimentações de desregramento de gênero cotidianas, produzir outros territórios existenciais sem referências e, como o deslocamento do agrupamento nômade, não contar com nenhuma baliza predefinida. A poesia e a escrita de uma *literatura menor* em grupos e indivíduos *queer* transborda suas performances diárias na medida em que o corpo se torna superfície de escritura e a escrita superfície corpórea.

O interesse da pesquisa se inscreveu justamente nesse campo de análise, pretendendo se cercar de publicações independentes de coletivos gays, lésbicos e *queer* nos Estados Unidos, no Brasil e na Argentina, pensando

como atuam no interior das *sociedades de controle* essas redes de produção de enunciações coletivas. Muitos *fanzines* adotam o anonimato ou os pseudônimos como ferramenta política de dessubjetivação: ao inaugurar uma escrita marcada por outro nome, um novo nascimento se opera e aquilo que Deleuze e Guattari chamaram de *literatura menor* nasce precisamente da exterioridade em relação ao autor-autoridade (o que se expressa em um *coeficiente de desterritorialização* (DELEUZE; GUATTARI, 2014: 35) próprios dessa maneira de se “desfazer” a literatura).

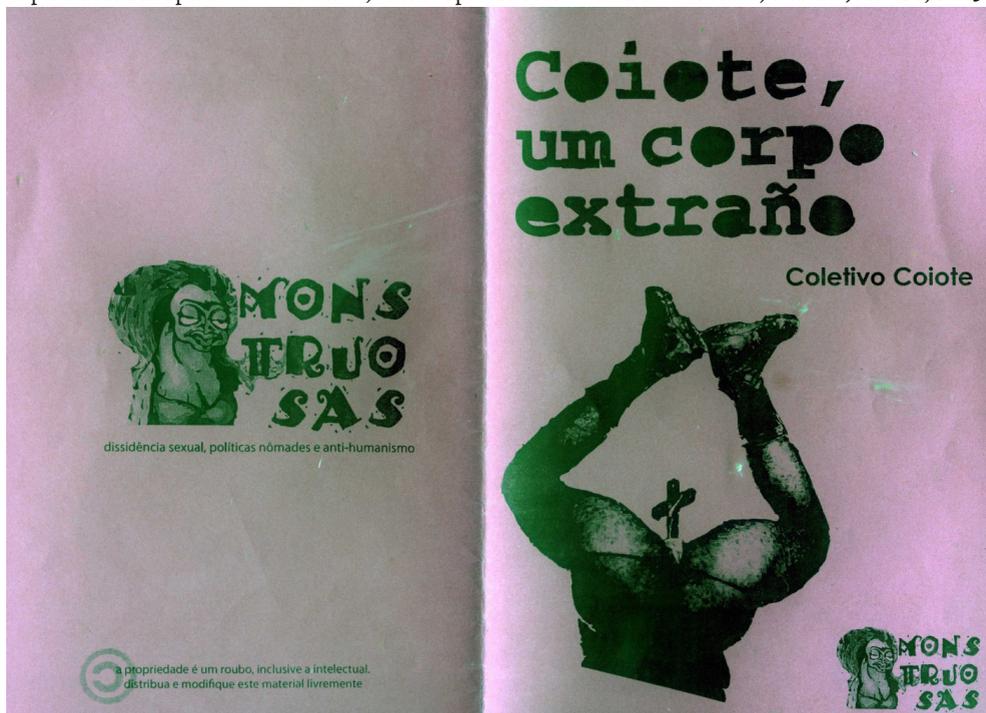
Os *fanzines queer* produzidos por corporalidades em risco que demandam práticas de enfrentamento cotidianas, que são por si mesmas processos de escritura desviantes, utilizam-se do pseudônimo como possibilidade de reinventar outro corpo; para criar novas maneiras de se habitar o corpo, considerando que os elementos nos povoam e se movem em nossa subjetividade são tribos nômades e não sociedades densamente estratificadas e estáticas. Aqueles que passam pelo aprimoramento do corpo para a constituição de uma *máquina de guerra* (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p.16), pensando que a experiência da transgressão do normal só assim pode se efetivar se permanece desconhecida, abdicam de seus antigos nomes para assim poderem fazer de seus passados identitários nada mais que um rastro a ser apagado pela afirmação do novo que se sobrepõe a memória.

Destaco os *fanzines* produzidos por dissidentes sexuais no Brasil a partir do encontro *Monstruosas: subpolíticas e descolonialidades*, realizado em Recife em agosto de 2015. Em

sua descrição¹⁹ os organizadores do evento apontam que se trata de um encontro para conectar geografias afetivas e espaciais nas quais o corpo desempenha o papel de ferramenta política e de resistências. Dentre as atividades de sua programação, contando com relatos de singularidades sexo-dissidentes da América Latina (“Pornífero Festival de Arte Pós-Pornô”, de Lima - Peru), a realização do “Kurso Kuir – Perspectivas Mestiças” de Jota Mombaça e uma atividade denominada “Dançando em revolta”, que fazia, segundo os próprios realizadores, “a pista de dança se converter em campo de guerra, o corpo como arma bélica e a dança como movimento emancipatório”²⁰ Também foi realizado uma produção coletiva de fanzi-

nes e a reedição de alguns exemplares que já haviam se esgotado. Reforçam, no texto de abertura do encontro, que é a partir de uma perspectiva das práticas de “autogestão anti-especistas, contraletradas e nômadeas como horizontes de potência revolucionária” que suas atividades se desenrolaram. Os *fanzines* produzidos e reeditados pelo encontro foram circulados amplamente nas redes gays e *queer*, chegando em minhas mãos na Bahia, através do II Seminário Internacional Desfazendo Gênero (UFBA), que ocorreu uma semana após o *Monstruosas* e no qual muitos integrantes e ativistas *queer* estavam presentes ministrando oficinas, realizando performances e comunicações.

Capa e contracapa do *zine* “Coioote, um corpo extraño”. Coletivo Coioote, Rio de Janeiro, 2015.



¹⁹ Disponível em <https://monstruosas.milharal.org/2015/08/02/vem-ai-monstruosas-subpoliticadas-e-descolonialidades-21-e-22-de-agosto-em-recife/>. Acessado em: 22 de abril de 2016.

²⁰ Texto acessado a partir do site do evento. Disponível em: <https://monstruosas.milharal.org/2015/08/02/vem-ai-monstruosas-subpoliticadas-e-descolonialidades-21-e-22-de-agosto-em-recife/>

Alguns dos *zines* do coletivo coioite, especialmente o “Coioite, um corpo extraño” (2015), foram reeditados durante o evento, desde o qual um selo de publicação chamado *Monstruosa: dissidência sexual, políticas nômade e anti-humanismo* surgiu. Na contracapa do *zine* do coletivo coioite é possível ler “A propriedade é um roubo, inclusive a intelectual. Distribua e modifique este material livremente”. Atesta assim um compromisso com a dissolução das propriedades (que é, ao fundo, uma dissolução do próprio sujeito), fazendo de seus escritos algo que existe para além daqueles que escrevem. A assinatura perde sua centralidade, e mesmo o coletivo coioite se transforma em um grupo difícil de catalogar na medida em que apresenta um fluxo de participantes esporádicos espalhados pelo Brasil.

A escrita do *fanzine* enquanto produção de um agenciamento coletivo de enunciação é, portanto, uma maneira de tornar audível uma fala, uma enunciação das denominadas minorias de sexo/gênero, para a linguagem do estado e da grande política. Essas corporalidades que procuram constituir uma máquina de guerra o fazem através da escrita quando essa se transmuta em espaço para a produção de outras subjetividades, que não sujeitadas, e de onde possa emergir uma escritura-corpo ainda não traduzível.

É no sentido de compreender a produção *contraletrada* (como o texto de abertura do *Monstruosas* citado acima revela) que o conceito de *máquina de guerra* pode ser útil como ferramenta teórica. Partindo do primeiro axioma que norteia as investigações a esse respeito, em *Mil Platôs*, atendo-me ao

seu primeiro postulado, que determina sua característica intrínseca: a noção de exterioridade. Exterioridade sempre relacional, colocado em planos assimétricos e complementares que constrói um fora dos mecanismos de poder articulados. A produção de um saber *contraletrado*, como sugerido pelo texto-manifesto desses dissidentes sexuais²¹, exterioriza-se da produção narrativa do saber instituído, fazendo uma teoria autônoma que se utiliza do conhecimento acadêmico apenas transversalmente.

²¹ A “dissidência sexual” se pauta na concepção da heterossexualidade como um regime político de autoritarismo que se impõe aos corpos que estão em dissidência da normalidade heterossexista. (extraído do texto <<https://monstruosas.milharal.org/2015/03/22/com-a-palavras-as-performers>>. Acessado em 24 de abril de 2016).

Poesia de Maurin K que compõe o livro *Canteiro*
a ser publicado pela Editora miríada +k

tua longa
manga
me esconde
sobre
sobre
superfícies
não táteis
não saber
quem sou em
relação a
você
golpeio
certezas
com mãos de
bicha
mole
como em minha
sibéria
particular
sento-me
no chão
dessa
dor
desço até
mim
desço um
metro e
oitenta e
oito

REFERÊNCIAS

- BAROQUE, Fray; EANELLI, Tegan. **Queer Ultra Violence**: Bashback! Anthology. Ardent Press, 2011.
- BRAIDOTTI, Rosi. Diferença, Diversidade e Subjetividade Nômade. In: **labrys, estudos feministas**, n.1-2, julho/dezembro, 2002.
- DELEUZE, Gilles. **Nietzsche**. Lisboa: edições 70, 2009.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**, vol. 1. São Paulo: editora 34, 2011b (2ª edição).
- _____. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**, vol. 3. São Paulo: editora 34, 2012 (2ª edição).
- _____. **Kafka**: por uma literatura menor. Tradução: Cíntia Vieira da Silva. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.
- FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins. De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro. In: Sexualidad, Salud y Sociedad – **Revista Latino-americana**, n.3, p. 54-81, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos Vol. V: Ética, sexualidade e política**. Tradução: Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- _____. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____. **O corpo utópico, as heterotopias**. Tradução: Salma Tannus Muchail. São Paulo: n-1 Edições, 2013.
- GUATTARI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético**. 2ª edição. São Paulo: Editora 34, 2012.
- LAPOUJADE, David. **Deleuze, os movimentos aberrantes**. Tradução de Laymert Garcia dos Santos. São Paulo: n-1 Edições, 2015.

LIMA, Fátima. Manifesto por uma euforia de gênero. In: **Queering Paradigms**, 4, 2012, Rio de Janeiro. 10 p. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/101538843/Manifesto-por-uma-Euforia-de-Genero>. Acesso em 16 jan. 2013.

LUDDITAS SEXUALES. **Ética amatória del deseo libertário y las afectaiones libres y alegres**. Buenos Aires: milena caserola, 2012.

PASSETTI, Edson. **Anarquismo Urgente**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Queer nos trópicos. **Contemporânea**, São Carlos, v. 2, n. 2, jul./dez. 2012. p. 371-394. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/88/53>. Acesso em: 15 de março de 2016.

PRECIADO, Beatriz. **Texto Yonqui**. Madrid: Espasa Calpe, 2008.

_____. **Cartografias queer: el flaneur perverso, la lesbiana topofóbica y la puta multicartográfica, o como hacer una cartografía “zorra” com Annie Sprinkle**. 2008b. Disponível em: <<https://seminariolecturasfeministas.files.wordpress.com/2012/01/13163213-preciado-beatriz-2008-cartografias-queer-el-flaneur-perverso-la-lesbiana-topofobicay-la-puta-multicartografica-o-como-hacer-una-cartografia.pdf> >. Acesso em 10 de março de 2016.

_____. **Multidões Queer: notas para uma política dos “anormais”**. Florianópolis: **Estudos Feministas**, vol.19, n.º1, Jan./Abr; 2011.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual: práticas subversivas identidade sexual**. Tradução: Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2014.

ROLNIK, Suely. **Geopolíticas da Cafetinagem**. 2006. Disponível em: <http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/Geopolitica.pdf>. Acesso em: 02 de Abril de 2016.

UNO, Kuniichi. **A gênese de um corpo desconhecido**. Tradução: Christine Greiner. São Paulo: n-1 edições, 2012, 2ª ed.

Recebido para publicação em 24 mar. 2017.

Aceito para publicação em 10 out. 2017.